Sumário

Introdução....4
O Direito à Identidade e o Desafio Forense....4
A Ciência a Favor da Verdade....4
Capítulo 1: Fundamentos Científicos da Reconstrução Genética na Prática Pericial....5
1.1 A Evolução da Prova Pericial....5
1.2 Marcadores Genéticos Autossômicos....5
1.3 Marcadores de Linhagem....6
1.4 A Matemática e o Teorema de Bayes....6
1.5 A Visão Crítica: Reconstrução versus Exumação....7
Capítulo 2: A Linha de Parentesco e as Configurações Matemáticas na Perícia....8
2.1 O Mapeamento Estratégico do Processo....8
2.2 O Teste de Linhagem Direto e os Avós Paternos....8
2.3 O Complexo Teste de Irmandade....9
2.4 O Teste Avuncular e a Rarefação dos Primos....9
Capítulo 3: Aspectos Jurídicos e a Legislação....11
3.1 O Marco Legal da Reconstrução....11
3.2 A Recusa e a Presunção de Paternidade....11
3.3 Direitos Conquistados....11
Capítulo 4: A Dinâmica Operacional: Da Coleta ao Laudo....12
4.1 A Rigorosa Cadeia de Custódia....12
4.2 A Interpretação dos Resultados....12
Conclusão e Guia Rápido de Verificação....13
Checklist para Operadores e Peritos....13

PRÉVIA · 2 de 13 páginas · livro completo em ipcms.com.br/loja

Introdução

O Direito à Identidade e o Desafio Forense

O reconhecimento da paternidade vai muito além de uma simples formalidade no registro civil. Estamos lidando com um direito fundamental amparado pela nossa Constituição, algo que está intimamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana. Do ponto de vista prático e jurídico, definir a identidade genética de alguém estabelece não apenas o seu histórico biológico, mas também consolida direitos personalíssimos, sucessórios e até alimentícios. Para o indivíduo, preencher essa lacuna representa o fechamento de um longo ciclo de incertezas, garantindo a paz de conhecer plenamente a sua origem.

A investigação de paternidade, no entanto, encontra o seu maior obstáculo pericial justamente quando o suposto pai está ausente. Isso pode acontecer por falecimento, desaparecimento ou por uma recusa sistemática e injustificada em cooperar com a justiça. No passado, a falta do material genético direto do pai forçava o sistema judiciário a depender quase que exclusivamente de provas testemunhais ou documentais. Como sabemos, essas provas são muitas vezes frágeis e facilmente contestáveis. Nos casos de falecimento, a alternativa era recorrer a medidas extremas e dolorosas para as famílias, como a exumação cadavérica.

A Ciência a Favor da Verdade

A evolução constante da genética forense trouxe uma alternativa técnica altamente precisa e muito menos invasiva, que é a reconstrução genética. Em vez de tentarmos buscar o DNA diretamente do suposto pai falecido ou ausente, a perícia científica utiliza o material genético de seus parentes mais próximos. Com isso, conseguimos deduzir estatisticamente o perfil genético do indivíduo que falta.

Essa abordagem é uma verdadeira revolução. Ela mitiga danos emocionais incalculáveis, acelera o andamento do processo judicial e evita os enormes problemas técnicos e biológicos inerentes à análise de restos mortais que já sofreram a ação do tempo. Por todas essas razões, a reconstrução genética consolidou-se como o padrão de excelência na investigação forense post mortem em todo o mundo.

PRÉVIA · 2 de 13 páginas · livro completo em ipcms.com.br/loja